

**A DUALIDADE MEMÓRIA/ESQUECIMENTO:
MATERIALIZAÇÃO DE SUBJETIVIDADES NO ESPAÇO URBANO
DE SANTO AMARO – BA**

*DUALITY MEMORY/FORGETFULNESS : MATERIALIZATION OF
SUBJECTIVITIES IN SANTO AMARO'S URBAN SPACE.*

Enviado em 13 de março de 2015

Aceito em 26 de abril de 2015

Roney Gusmao Carmo¹

Resumo: O presente texto é produto de resultados parciais de pesquisas que temos desenvolvido acerca de subjetividades diluídas no espaço urbano de Santo Amaro da Purificação (Bahia). A pesquisa tem sido norteadada pelo desejo de problematizar a forma como os sujeitos tratam o passado empirizado na espacialidade, principalmente por meio da dualidade memória/esquecimento que compõe identidades negociadas no curso da história. Desta feita, para proceder esta pesquisa foram realizadas entrevistas, questionários e visitas a campo, com intuito de perceber subjetividades e racionalidades mediadoras dos vínculos sociais com a urbe. Como resultado, foi possível constatar que a reconstrução do passado ocorre mediante estratégias compensatórias de sublimação, que encontram a arte e a religiosidade como ambientes de refúgios ao desamparo contido na história.

Palavras-chave: Memória. Esquecimento. Espaço urbano. Santo Amaro da Purificação.

Abstract: This paper is a partial product of research we have developed about subjectivities diluted in Santo Amaro da Purificação's urban space. The research has been guided by the desire to question the way people treat the past contained in spatiality, mainly through dual memory/oblivion composing identities negotiated in the course of history. This time, to conduct this research, interviews and questionnaires were conducted, aiming to

¹ Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. É professor adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB/CECULT, foi docente titular e coordenador de pesquisa e extensão da Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC. Também participa do grupo de estudo História, Trabalho e Educação, A Educação não-Escolar pelo Museu Pedagógico/UESB, coordena grupo de pesquisa em Memória, Espaço e Culturas - MESCLAS e desenvolve atividades de extensão articuladas ao referido grupo, atuando principalmente nos seguintes temas: memória, cultura, gentrificação, acumulação flexível, ideologia, espaço urbano. E-mail: roney@ufrb.edu.br

comprehend subjectivity and rationality mediating social representations about the city. As a result, it was found that the reconstruction of the past occurs through compensatory strategies of sublimation, which are art and religion as spaces of refuges to helpless contained in history.

Keywords: Memory. Forgetfulness. Urban space. Santo Amaro da Purificação.

INTRODUÇÃO

Santo Amaro da Purificação atualmente possui uma população de 61.400 habitantes, situada a 72 km da capital do Estado em região conhecida como Recôncavo da Bahia. Fundada no ano de 1557, o município possui uma história marcada por episódios trágicos e, simultaneamente, por uma grande efervescência cultural e religiosa que, ainda hoje, é tradição reproduzida em ritos e emoldurada no imaginário popular.

O espaço dessa cidade ainda contém marcas de um passado caracterizado pelo apogeu e declínio de sistemas produtivos implantados, redundando em cicatrizes perenizadas na arquitetura urbana. Diante disso, já na entrada principal da cidade, ficam visíveis ruínas de uma siderurgia desativada, além de trilhos tão utilizados para escoamento da produção local no passado. As ruelas de Santo Amaro também são grafadas por casarões tombados, monumentos históricos e igrejas construídas no início do século XVIII.

Embora poucas cidades brasileiras possuam um patrimônio histórico tão imponente, há décadas as seguidas administrações públicas de Santo Amaro não demonstram menor esmero com a história consumada na espacialidade local. Assim, é muito comum presenciar prédios históricos corroídos pelo tempo, destruídos por usos exaustivos que aceleraram a decomposição de um passado paulatinamente soterrado.

Não apenas as seguidas administrações municipais, mas também a própria população parece consentir com o abandono da história empirizada no desenho citadino. Não por acaso, a memória sobre o passado local não parece ser uma necessidade consensualmente compartilhada pela população santamarense. Por esta razão, com grande frequência o desejo pela “modernização” dos espaços públicos está diluído no discurso das pessoas, que sutilmente almejam o ofuscamento de um passado tão carregado de ambiguidades.

Ao mesmo tempo em que um “querer-não-lembrar” acomete a população, existe uma apropriação dos muitos espaços locais por manifestações artísticas e religiosas. São manifestações tradicionais que fazem referências lúdicas ao passado,

não necessariamente comprometidas em problematizar a história, mas envoltas por um senso de identidade nutrido pelo desejo de perpetuar a cultura.

A festa da purificação, o *bembé* do mercado ou o *popó* de maculelê são algumas das manifestações populares que têm o espaço urbano como cenário fundamental para sua existência. No momento da realização destas manifestações, a cidade é apropriada por atores sociais que a adornam e teatralizam simbologias historicamente construídas e brotadas a partir de um passado repleto de contradições. Os adereços que compõem as festas fazem referência a dores, sangue e lutas travadas no passado, entretanto, ocasionalmente as performances e ornamentos dispostos nas ruas também exercem a função de encobrir o estado de abandono da história materializada no espaço. Assim, a ruína dos prédios antigos se torna parte das tradições teatralizadas nas ruas, e momentaneamente a deterioração se harmoniza com a forma lúdica a qual o passado é performatizado.

Nesse raciocínio, a memória acionada pela arte é resignificada segundo necessidades do presente e, portanto, passa a demonstrar caracteres negociados a partir de anseios políticos, econômicos e culturais dos sujeitos que dela se apropriam. Não obstante, também o esquecimento de personagens ou episódios se traduzem pelo desejo social de construir formas identitárias e perpetuar um ideal coletivo de filiação.

Desta feita, para proceder a análise empírica do tema que aqui propomos, debruçamos sobre referenciais teóricos em torno de conceitos como cidade, memória e esquecimento, objetivando entender a dialética que media a relação dos sujeitos com o espaço urbano. Para tal, foram aplicados quarenta questionários com homens e mulheres que residem em Santo Amaro há pelo menos vinte anos, além de dezesseis entrevistas realizadas com personagens diversos da cidade. Ademais, observações a campo, registros fotográficos e contato com pessoas de notório saber também foram estratégias importantes para procedimento da presente análise. Por fim, cabe destacar que este texto é produto de conclusões parciais de uma pesquisa que segue em dinâmica investigativa.

RECORTE HISTÓRICO

Foi em 13 de maio de 1889 que a notícia sobre abolição da escravatura chegou a Santo Amaro. Segundo relatos compartilhados entre a população, grupos de negros e filhos de santo saíram às ruas para comemorar o momento, levando rituais do candomblé para espaços públicos. Desde então, a prática foi sendo reproduzida

anualmente e, por ser realizada na feira livre da cidade, recebeu o nome de *Bembé*² do Mercado. Nesta tradição, diversos terreiros de candomblé se organizam e, com apoio da administração pública local, performatizam rituais religiosos nas ruas santamarenses.

A festa do *Bembé* se tornou parte emblemática das narrativas locais, inspirando olhares místicos sobre o passado. Acreditam os locais que uma grande catástrofe ocorrida no referido mercado no ano de 1958 foi resultado da interrupção dos festejos. No discurso da população, as dezenas de mortos e as centenas de feridos, vítimas da explosão de uma loja de fogos na feira livre foi uma fatalidade de explicação mística. Na ocasião, 23 de junho ao meio dia, a feira estava lotada de transeuntes que se preparavam para os festejos juninos, fato este que cooperou para que a tragédia vitimasse centenas de homens, mulheres e crianças.

Embora as narrativas sejam marcadas pela perplexidade de corpos mutilados empilhados, raramente essa memória inspira revolta contra o poder público e privado que consentiu com a estocagem irregular de mercadorias inflamáveis. A explicação mística da catástrofe é habitual, servindo de abrigo para uma população marcada pelo desamparo de políticas públicas débeis.

Foi também nesse período (meados do século XX) que os santamarenses passaram a perceber alguns impactos iniciais do contexto nacional desenvolvimentista brasileiro. Os incentivos estatais para indústria de base atraíram a família Trzan para a cidade, que, em entre os anos 1950 e 1960, construiu uma usina siderúrgica em localização estratégica. Às margens dos trilhos e da rodovia estadual, a usina Trzan, também foi instalada em relativa proximidade com sistemas portuários do Estado, fato que facilitava a logística da produção.

Embora pequena, a Trzan se destacava na cidade, revelando fortes traços de uma ideologia desenvolvimentista, robustecendo discursos sobre um futuro iminente. Contudo, foi em 1960 que a usina foi adquirida pelo Grupo Votorantim por meio de pacotes subsidiados pelo governo, mantendo-a em atividade até 1981. A essa altura, a estagnação econômica, que arruinou países de economia periférica na década recém iniciada, impactou tão profundamente a siderúrgica que resultou na sua falência e progressivo desmembramento no decorrer dos anos seguintes.

Assim, concomitante ao fracasso do modelo de desenvolvimento chegado a Santo Amaro no curso do século XX, nos anos 1980 a usina foi se convertendo em ruína, com mobília furtada, janelas e tetos vandalizados, além de uma ocupação favelizada em seu entorno. Também depois disso, a cidade cresceu dando as costas

² Corruptela da palavra candomblé.

para usina, que hoje é insistentemente invisibilizada pelo desenho urbano, recriado a partir de novas possibilidades de atendimento às demandas econômicas.

Simultaneamente aos episódios acima narrados, uma silenciosa tragédia socioambiental também acometia a cidade. Quando em 1960 a Companhia Brasileira de Chumbo – COBRAC se instalou em Santo Amaro, a população local não imaginava os graves riscos que estava sendo exposta. Os índices de contaminação por chumbo e cádmio, que de início afetavam apenas funcionários da empresa, se tornaram um problema em escala catastrófica para a região. Levantamentos realizados nos anos 1970, por meio de coletas sanguíneas, revelaram uma concentração de metais pesados sessenta vezes maior que os limites estabelecidos pela OMS.

Atualmente, com resíduos de chumbo na pavimentação asfáltica, no curso do Rio Subaé e nos arredores da cidade, Santo Amaro ocupa o infeliz posto de uma das cidades mais atingidas por chumbo no mundo, montando uma estimativa de grave contaminação em mais de 18 mil dos seus habitantes. A ação predatória da fábrica contou com o consentimento estatal no momento que dispôs escórias a céu aberto e descartou resíduos tóxicos no meio ambiente sem nenhum rigor ambiental.

Embora os episódios pareçam desconexos, na verdade, além de contemporâneos, eles obedecem a uma mesma lógica: a ação predatória do capital. A deterioração predial da Trzan, outrora expoente do apogeu econômico local, a tragédia no mercado ou a calamitosa contaminação por chumbo na cidade são resultados de uma racionalidade perniciososa, que se espacializou e aprofundou desigualdades sociais. Disso resulta que o desenho cidadão foi desvendando as marcas de uma ação unilateral capitalista, comprometida exclusivamente com camadas hegemônicas que usurparam dos potenciais locais ao serviço da acumulação, promovendo fissuras nos vínculos afetivos dos sujeitos com a cidade e acentuando a precarização do trabalho.

Desse modo, o entendimento da espacialidade urbana e dos atores sociais que dela se apropriam, solicita uma análise dialética acerca dos modos de produção que historicamente interferem na dinâmica das cidades. Santo Amaro, portanto, contém hoje cicatrizes de um percurso errático do capital, que ergueu engenharias e, em seguida, as abandonou, soterrando com elas sonhos, desejos, esperanças e vínculos identitários, alguns subsistentes, mas agonizantes em meio um mosaico de monumentalismos ruinosos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os espaços das cidades são materializados a partir de temporalidades e subjetividades conflitivas. Praças, avenidas, monumentos ou prédios consolidam um

ethos urbano historicamente negociado a partir de relações sociais ambivalentes. Assim sendo, a espacialização da história nas cidades não ocorre de modo harmônico, pois colide com forças que lutam pela sua apropriação e ideologias que disputam visibilidade no cotidiano urbano.

Com isso, a dialética memória/esquecimento passa a ser realidade constante na urbe, pois ideologias oriundas de grupos antagônicos esgrimam pela perpetuação de subjetividades na concretude do espaço, monumentalizando signos pelo soterramento de outros tantos. Portanto, podemos entender que “somente a partir da unidade do espaço e do tempo, das formas e do seu conteúdo, é que se podem interpretar as diversas modalidades de organização espacial” (SANTOS, 1979, p. 43).

Entretanto, embora saibamos que a ação de forças hegemônicas tenha um poder de monumentalizar espaços e segregar outros, o embate de forças incidentes nas cidades complexifica as relações sociais de tal modo, que formas de resistência periodicamente eclodem no cotidiano da vida urbana. Assim, grupos subalternizados paralelamente vão se apossando de espaços residuais, guetos ou escombros deixados pelo modo de produção, de forma a estabelecer uma relação identitária caótica e anárquica com os lugares. Por conseguinte, territorialidades vão sendo paulatinamente desenhadas e possibilidades de decodificação dos espaços vão sendo construídas num cotidiano impregnado de representações diluídas na concretude.

A memória é ativamente interposta na relação dos sujeitos com o espaço urbano, uma vez que representações herdadas pelo vínculo social garantem sentidos de pertença ou não-pertença, conforme a dinâmica das relações que aciona signos historicamente construídos. Halbwachs (2006) afirma que o sentimento de permanência e estabilidade gera sensação de continuidade, à medida que transmitem uma sensação de ordem e tranquilidade. Obviamente esta sensação de inércia é pura aparência aos sentidos, mas ao menos nutre o sentimento de familiaridade que liga as pessoas aos espaços. Halbwachs compreende que as imagens integrantes do mundo habitual exterior podem interpenetrar de tal modo a subjetividade que frequentemente parecem inseparáveis do mais íntimo das memórias individuais. A partir disso, o autor conclui que não há memória coletiva sem um contexto espacial.

Quando inserido numa parte do espaço, um grupo o molda à sua imagem, mas ao mesmo tempo se dobra e se adapta a coisas materiais que a ela resistem [...] Essa imagem penetra em todos os elementos de sua consciência, deixa mais lenta e regula sua evolução. Não é o indivíduo isolado, é o indivíduo enquanto membro do grupo, é o grupo em si que, dessa maneira, permanece sujeito à influência da natureza material e participa de seu equilíbrio (HALBWACHS, 2006, p. 159).

Ora, se a memória participa do senso de pertencimento dos sujeitos ao coletivo, consolidando vínculos afetivos com a concretude espacial, logo, podemos supor que seu inverso, o esquecimento, também é faculdade ativa nesse processo. Ademais, a dinâmica memória/esquecimento atende a grupos hegemônicos que se empenham na seleção de fatos e personagens a serem perenizados no imaginário popular, mas também é produzida por formas de existir socialmente, impelidas por desejos comuns que ligam as pessoas aos grupos sociais.

Ainda sobre o dualismo memória/esquecimento, Ricoeur (2007) lembra que Freud foi a favor da tese do “inesquecível”, revelada pela ideia de compulsão e repetição. Apesar do caráter individual desse sistema freudiano, Ricoeur (2007, p. 455) observa que “esquecimentos, lembranças encobridoras, atos falhos assumem, na escala da memória coletiva, proporções gigantescas, que apenas a história, e mais precisamente, a história da memória é capaz de trazer à luz”.

Portanto, as dimensões individuais e coletivas da memória/esquecimento são inseparáveis, principalmente porque a forma como cada pessoa olha para o passado está intimamente relacionada aos muitos modos de posicionamento político e cultural socialmente aprendidos. Esses fenômenos ocorrem sobre uma base material e histórica, inscrita na cotidianidade das relações sociais, sendo, portanto, inseparáveis do imaginário que se reconstrói a partir da concretude dos vínculos. É diante desta noção, que Marx & Engels (2007, p. 101) observam: “Mesmo as fantasmagorias correspondem, no cérebro humano, a sublimações necessariamente resultantes do processo da sua vida material que pode ser observado empiricamente e que repousa em bases materiais”.

As fantasmagorias, portanto, são produtos das relações sociais concretas, pois se compõem de negociações ou ilusões originárias na forma como os sujeitos tratam os componentes de sua realidade. O passado ou o espaço urbano podem estar carregados de fantasmagorias, cuja (i)lógica se assenta nas possibilidades encontradas de entendimento das condições sociais historicamente fundadas.

Não nos coube entender os sentidos metafísicos das fantasmagorias impregnadas na materialidade urbana, mas o que nos foi possível supor é que as percepções espectrais do passado são justificáveis na dialética das formas como homens e mulheres negociam códigos, com periódicas sobreposições de ideologias antagônicas.

Quando acrescentamos a espacialidade urbana à problemática da memória/esquecimento, lembramos que lugares frequentemente anunciam cicatrizes deixadas pelo passado, não facultando o direito ao esquecimento àqueles que os preenchem. Tão logo, a população encontra meios para adornar os dissabores do

passado materializado na urbe, através de festas que anunciem ludicamente o sentimento de pertença, garantindo, portanto uma sanidade coletiva momentânea.

Por esta lógica, o esquecimento também integra o senso de identidade, tornando-se etapa crucial para construção do discurso nacionalista fertilizado em meio uma sociedade que encontrou no ufanismo a possibilidade de sublimar um passado trágico. Obviamente, estruturas de poder hegemônico se apropriam desse silencioso clamor coletivo pela sublimação, utilizando-o como instrumento de alienação e controle social. O que nos cabe ressaltar é que a estratégia da alienação não basta para explicar as muitas possibilidades de interlocução com o passado, que tendem a ser socialmente aprendidas e herdadas.

Assim sendo, é possível que mesmo toda carga de aviltamento do trabalho, degradação ambiental ou desrespeito à vida humana sejam encarados a partir de ideologias sugestionadas e acatadas no passado. Afinal, a associação da precarização do trabalho com a dignidade social, da destruição do meio ambiente como condição ao desenvolvimento ou, ainda, da efemeridade das estratégias de crescimento econômico como fatalidade do progresso, pode ser herdada por intermédio da memória e perenizada nos discursos.

Destarte, falar dos resultados mais perversos da economia no curso da história nem sempre inspira indignação, ao contrário, pode nutrir a concepção de que a história obedece a um ciclo natural de apogeu e declínio e, como tal, merece uma adesão coletiva no sentido de reverenciá-la de modo ufânico.

E, por último, ela é imaginada como uma comunidade porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. No fundo, foi essa fraternidade que tornou possível, nestes dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas tenham-se disposto não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas (ANDERSON, 2008, p. 34).

Ocasionalmente a arte e a religiosidade se caracterizam como agentes compensatórios para o desamparo historicamente fundado por uma racionalidade arbitrária. Desse modo, fazendo uma breve analogia a Schopenhauer, em sua tese de que a arte e a ascese seriam refúgios para a felicidade pessoal, conjecturamos que tradições podem ser abrigos imprecisos para uma população afetada pelos meandros de uma história áspera. Dessa forma, numa analogia ao processo sublimatório freudiano, a tradição se traduz por uma necessidade compensatória de um “querer-não-lembrar” com o ofuscamento da tragédia histórica pela nobreza da tradição.

Noutros termos, como diria Lacan (1997, p. 140), “a sublimação eleva um objeto à dignidade da coisa”.

IDEOLOGIA, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

É importante considerar que a tradição também é uma forma de memória, assentada no desejo de enobrecimento do passado. Se pensarmos que toda memória está sujeita aos muitos usos, sendo parcial e seletiva à medida que se apropria do passado a partir de necessidades do presente, logo, podemos entender que as tradições consistem numa estratégia de reconstrução do passado a partir de desejos sublimatórios coletivos. Embora teatralize o sangue derramado ou as vidas dilaceradas, a ludicidade das manifestações torna o passado mais palatável, suavizando-o, senão pelo esquecimento, ao menos pelo seu enobrecimento.

A capoeira ou a desigualdade social, o candomblé ou a indiferença política, o legado das artes ou a destruição ambiental, o patrimônio arquitetônico ou a ação destrutiva do capital, mesclam-se no imaginário popular, fazendo do passado um pacote repleto de episódios trágicos e nobres. Recorrer à memória, nessa lógica, é agarrar às possibilidades de sublimar o amargor das tragédias, ao passo que pautar a sua face nociva seria uma injúria frente o legado patrimonial que caracteriza a cidade.

Diante do exposto, não queremos deduzir que as manifestações culturais e religiosas, que tão repetidamente são reconstruídas no discurso popular como objetos ufânicos, sejam meros produtos de forças manipuladoras das massas. Obviamente, é muito apropriado para as estruturas hegemônicas terem o misticismo ou o nacionalismo como aliados sublimatórios, contudo existem mais variáveis e subjetivações que participam das memórias/esquecimentos que retratam o passado à luz dos interesses do presente.

“Sempre temos que lembrar de algo bom, mesmo sabendo que vivemos alienados” (José³, 40 anos).

Ao ater-se ao “algo bom”, o entrevistado assume, com outras palavras, que tanto a memória como o esquecimento são faculdades ativas, não recompostas pelo acaso, mas induzidas por usos intencionais do passado. Dessa maneira, concordamos com Ricoeur (2007) que interpreta o déficit do trabalho da memória, não um represamento passivo do passado, mas como estratégia da “evitação” e fuga, revelando-se numa forma ativa de esquecimento.

³ Os nomes dos sujeitos aqui mencionados são fictícios, visando resguardar a identidade dos entrevistados.

“Gosto de lembrar dos engenhos, *Popó do Maculelê*, os blocos afros, as histórias das fundações das igrejas...” (Antônio, 38 anos).

“Importante lembrar a importância histórica de Santo Amaro na independência” (Maria, 30 anos).

“Gosto de lembrar do primeiro candomblé de rua em comemoração à abolição da escravidão e hoje é nosso patrimônio” (Sandra, 24 anos).

As manifestações religiosas e culturais são mais incisivamente lembradas no discurso dos entrevistados, numa clara estratégia de “evitação”. A lógica é agarrar vigorosamente à tradição, pois, por meio dela, se tem a possibilidade de assumir episódios que compõem o senso de filiação de uma forma eufêmica e, por vezes, fugidia.

“Tenho orgulho de morar em Santo Amaro pela representatividade cultural e histórica no cenário nacional” (Marcos, 21 anos).

“Todo santamarense ama sua terra e por isso orgulho ultrapassa as fronteiras, para quem não conhece, no mínimo, ouviu falar da cultura e tradição” (Luis, 50 anos).

“Gosto da cultura que daqui emerge e da arte ainda produzida. Na verdade, eu deveria estar na capital, mas parece que até hoje resisto permanecer aqui” (Maria, 30 anos).

“Não sei explicar. Esta cidade me faz muito feliz. Aqui tem algo diferente que outras cidades não têm” (Antônio, 38 anos).

A pouca afinidade com o passado, aliada ao desejo de adorná-lo com a ludicidade, ocasionalmente se manifesta em forma de consentimento com o discurso da “modernização”. Assim, a ideologia do sucateamento dos prédios históricos, justificado pela necessidade de equalizá-los aos padrões estéticos da “modernidade”, se torna fecunda nesse contexto.

“Gostaria que a cidade fosse mais modernizada” (Alice, 65 anos).

“Acho agradável, apesar dos prédios velhos que chocaram a calma da cidade à primeira vista.” (Jorge, 21 anos).

“Atualmente, detesto andar por Santo Amaro. [...] O espaço urbano é horrível, cafona, uma desgraça ladrilhada.” (Ana, 40 anos).

O anseio pela “modernidade” se acomoda em meio adjetivos, como “chocante”, “horrível” ou “cafona”, isso porque o espaço urbano escancara temporalidades inconvenientes, furtando o desejo pelo esquecimento de um passado infeliz. Apesar de este passado não ter sido vivenciado por grande parte dos sujeitos que entrevistamos, a memória transporta uma carga tamanha de afetividade

com o grupo, que os eventos de outrora se tornam “vivididos por tabela”, como sugere Pollak (1992). Por conseguinte, o ufanismo é marcante nas narrativas sobre o passado, pois no resgate de memórias herdadas reside uma combinação de episódios trágicos e raízes artístico-culturais, tornando quase impossível sua dissociação.

CONCLUSÕES PARCIAIS

A articulação entre o marco teórico por nós discutido e as narrativas versadas pelos sujeitos de pesquisa, permitiram compor conclusões parciais acerca deste tema, que ainda segue em desenvolvimento. Evidentemente, não pretendemos encerrar questões tão complexas e cambiantes, até mesmo porque subjetividades que mediam a relação das pessoas com a cidade são compostas por uma combinação infindável de emoções, experiências e trajetórias inenarráveis para a pesquisa científica.

Para além do binômio alienados x desalienados, as formas como os sujeitos resgatam o passado ocorrem mediante experiências e trajetórias pessoais que, combinadas a ideologias trafegantes, resultam em modos distintos de recomposição de memórias. Assim, o que notamos em Santo Amaro foi o desejo por uma memória emoldurada pela ludicidade artística e religiosa, capaz de preencher fissuras deixadas por racionalidades arbitrárias de outrora.

Como possibilidade de sublimar a aspereza do passado, lugares de memória são opacizados com elementos festivos que, embora retratem uma tradição repleta de dor, ao menos atenuam episódios “vivididos por tabela”. Também dessa forma, o binômio memória/esquecimento participa do senso identitário e eclode num nacionalismo construído por narrativas e discursos socialmente difundidos, numa insistente tentativa de suplantar o desamparo que acomete uma sociedade.

O “nacionalismo” é a patologia da história do desenvolvimento moderno, tão inevitável quanto a “neurose” do indivíduo, e que guarda muito da mesma ambiguidade de essência, da tendência interna de cair na loucura, enraizada nos dilemas do desamparo imposto à maior parte do mundo (o equivalente do infantilismo para as sociedades), sendo em larga medida incurável (NAIRN *apud* ANDERSON, 2008, p. 31).

De todo modo, não podemos negar a importância da memória como possibilidade de desalienação e de fomento à emancipação na prática social. O que nos coube problematizar foi a necessidade de entendimento de subjetividades que compõem as relações de pessoas com o passado, sendo o ufanismo uma estratégia perigosa quando incapaz de reconhecer as estranhezas contidas em fragmentos da história, mesmo que ela seja parte fundante de uma sociedade.

Por fim, vale destacar que, para além da obsessão patrimonialista de muitos pesquisadores, a recomposição da memória precisa levar em conta as formas como homens e mulheres tratam seu passado, já que o desejo pelo passado pode não ser consensual, e sua imputação a um dado grupo poderia agudizar conflitos, convertendo-se em hostilização às marcas garimpadas na história. Assim sendo, também cremos que a memória necessita “servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 2003, p. 471).

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

LACAN, J. **O Seminário**: a ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.